

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

É no contexto de um processo de reestruturação da TAP, que o PCP denunciou desde o início, que já levou à saída de quase dois mil trabalhadores e que pretende ainda ir mais longe (com um possível despedimento coletivo que pode ser de mais de 200), que surge divulgado um vídeo de dois responsáveis ao nível da direção de recursos humanos na TAP, em Madrid, a sugerir a realização em Espanha de recrutamentos para a TAP. No momento que se vive nesta empresa, que é estratégica do ponto de vista económico e social para o nosso País, de descaracterização da sua dimensão a vários níveis legitimada pela Administração e pelo Governo, em que os trabalhadores foram os penalizados com um gravíssimo ataque aos seus direitos e aos seus postos de trabalho, com uma “sangria que continua”, é inaceitável o que é abordado por responsáveis da TAP neste vídeo, assim como a forma como é dito. No essencial, independentemente de o Governo já ter tomado posição sobre esta matéria, não deixa de ser quem é o principal responsável pela TAP, sendo o Estado o acionista maioritário. Sendo assim responsável pelo caminho inadmissível que está a ser tomado para a TAP, não tendo avançado com um plano de contingência que mobilizasse recursos para salvaguardar a empresa na sua dimensão estratégica, assim como os direitos dos trabalhadores e os postos de trabalho, num panorama que é contextual, e que espera uma retoma cada vez mais acelerada, e em que até já se fala em falta de trabalhadores para determinados serviços. Assim, perguntamos:

1. O que sabe o Governo das pretensões da TAP de recrutamento em Espanha num quadro em que despede milhares de trabalhadores?
2. O Governo assume neste contexto um despedimento coletivo próximo?
3. Como explica o Governo que se esteja a efetivar para a TAP medidas que estão a descaracterizá-la na sua dimensão estratégica para o País e a deixar numa grave situação milhares de trabalhadores?

Palácio de São Bento, 15 de junho de 2021

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)

DIANA FERREIRA(PCP)

---

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.